

«No Brasil, a estatização foi mais um problema do que uma solução e supera hoje países de política socialista, como a Espanha»

ALBANO FRANCO, Presidente da CNI

«O Estado regula muito e regula mal. Compromete-se com a sustentação de um complexo burocrático obsoleto e ineficiente»

MÁRIO AMATO, Presidente da Fiesp

«As idéias que estamos aqui discutindo devem ser realmente reconhecidas pelos constituintes e aceitas nessa nova Constituição»

RUY ALTENFELDER, Presidente da Com. de Ass. Legislativas da CNI

«Mais parece um trabalho braçal preparar um texto constitucional. A tendência atual do rumo dos trabalhos não atende desejo da CNI»

MOREIRA FERREIRA, Vice-Presidente da Fiesp



Luiz Eulálio Vidigal, Moreira Ferreira, Albano Franco, Mário Amato, Walter Fontoura, Ruy Altenfelder e Roberto Bornhausen compõem a mesa do Seminário "Os agentes econômicos na nova Constituição", promoção CNI/O GLOBO

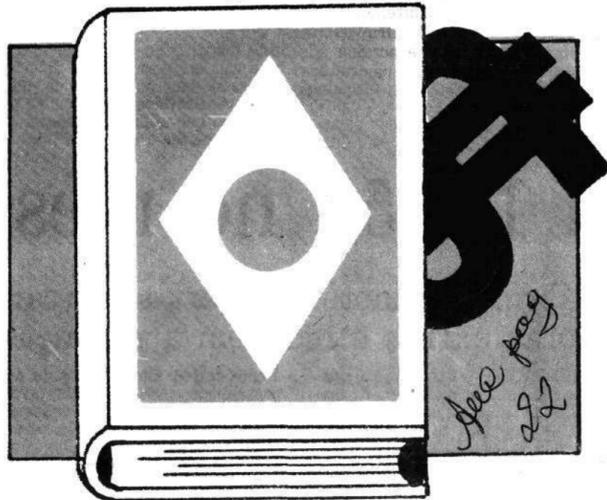
CNI: Constituição deve limitar atuação do Estado

SÃO PAULO — É fundamental que a nova Carta Constitucional brasileira estabeleça, claramente, os limites da atuação do Estado na economia, afirmou o Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco, na abertura dos trabalhos do Seminário "Os agentes econômicos na nova Constituição", promovido pela CNI e pelo jornal O GLOBO, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Além do Presidente da CNI, a mesa dos trabalhos foi composta pelo Presidente da Fiesp, Mário Amato, pelo Vice-Presidente da CNI, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, pelo Diretor do GLOBO, Walter Fontoura, pelo Vice-Presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, pelo Deputado Federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP) e pelo Presidente da Comissão para Assuntos Legislativos da CNI, Ruy Martins Altenfelder Silva.

Ao falar para as principais lideranças do setor empresarial, Albano Franco disse que, no Brasil, a estatização foi mais um problema do que uma solução, assinalando que a intervenção do Estado na economia brasileira supera, longe, países como a França e a Espanha, administrados por políticos de tendências socialistas. Na sua opinião, somente se justifica a presença do Estado nas atividades essenciais como saúde, educação, segurança e de infraestrutura, devendo ser deixado todo o resto para ser explorado com mais eficiência pela iniciativa privada.

O Presidente da CNI, ao fazer



uma avaliação dessa primeira fase dos trabalhos desenvolvidos na Assembléia Nacional Constituinte manifestou preocupação com a inclusão de assuntos não pertinentes na Constituição. Ele citou como exemplo a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas e a estabilidade de emprego.

— Os países que diminuíram a jornada de trabalho o fizeram gradualmente. O processo foi por negociação e acordo e somente mais tarde é que, em alguns casos, entrou na lei trabalhista. Mas jamais na Constituição — salientou Albano Franco.

Com relação à estabilidade de emprego, o Presidente da CNI observa que os países industrializados modernos admitem garantias de emprego mas nunca a estabilidade. Na maioria dos casos — salientou ele — tais ga-

rantias são estabelecidas por acordos, pactos e às vezes por leis, mas nunca pela Constituição:

— No Brasil, a estabilidade de emprego estabelecida pela própria Constituição servirá apenas para barrar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, além de dificultar a promoção dos trabalhadores mais velhos, e reduzir a eficiência das empresas e da própria economia. Na realidade, todos sairão perdendo — advertiu Albano Franco.

O Presidente da CNI acrescentou que o importante é que a futura Constituição reflita a realidade social brasileira, que avance no sentido de novas conquistas, sem abandonar ou desprezar as tradições, a vocação e o perfil do povo brasileiro. Para ele, somente assim o Brasil conseguirá ter uma "lei maior está-

vel" e, sobretudo, uma Constituição cujas normas sejam efetivamente respeitadas e cumpridas.

— A produção, fator fundamental da ordem econômica, supõe uma ordem jurídica estável, confiável e transparente. A harmonia dos fatores da produção — capital e trabalho — jamais será alcançada sem que as regras de convivência sejam conhecidas, obedecidas e duráveis. Em última instância, sem o estado de direito, sem o respeito à ordem econômica, não há lugar para o desenvolvimento do País. As classes produtoras, em especial os industriais brasileiros, esperam e confiam que da nova Constituição surja uma ordem econômica bem definida, que anime a prosseguir em sua missão de contribuir para o tão almejado desenvolvimento — finalizou Albano Franco.



Albano Franco, Presidente da CNI



Ruy Altenfelder citou Tancredo Neves em sua exposição no Seminário

Altenfelder destaca participação dos empresários na Constituinte

SÃO PAULO — O Coordenador de debates do Seminário "Os Agentes Econômicos na nova Constituição" e Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria, Ruy Martins Altenfelder Silva, afirmou que o empresário industrial tem tido uma participação marcante nos trabalhos desenvolvidos até agora pela Assembléia Nacional Constituinte.

Ruy Altenfelder fez questão de mencionar em seu discurso o pensamento do Presidente Tancredo Neves a respeito da futura Constituição. Segundo Tancredo Neves, disse o empresário, a Assembléia Constituinte deveria ser o grande pacto entre os brasileiros.

— O empresariado brasileiro tem participado das fases até agora percorridas pela Assembléia Constituinte com muitas idéias e projetos — disse Altenfelder. Tenho absoluta convicção de que, neste momento em que a Constituinte conclui a fase de sistematização e inicia intenso processo de

participação de toda a sociedade brasileira, o empresariado também se fará presente, tanto pelas federações de indústrias como pela própria CNI.

Ruy Altenfelder considera necessário que haja uma presença física dos empresários nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte a partir de agora, para que fique claro aos constituintes a coesão de pensamento dos empresários.

— Há necessidade de que as idéias que estão sendo discutidas e sustentadas em documentos já conhecidos por todos os senhores, como as proposições básicas da CNI a serem incluídas no texto constitucional, sejam realmente reconhecidas e aceitas pelos constituintes — disse Altenfelder. A presença dos senhores aqui neste Seminário é equivalente a uma *avant-première* daquilo que a classe empresarial deverá propor nas fases decisivas da Assembléia Nacional Constituinte.

Moreira Ferreira critica o trabalho da Sistematização

SÃO PAULO — O Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, afirmou na sua palestra, durante o Seminário promovido pela CNI/O GLOBO, que o País está atravessando um momento decisivo e que todos devem contribuir para alterar os rumos que estão sendo tomados na Assembléia Nacional Constituinte.

Moreira Ferreira lembrou que o anteprojeto de Constituição que se encontra atualmente na Comissão de Sistematização da Constituinte foi preparado de forma inadequada. Na sua opinião, o correto seria que existisse um projeto inicial que receberia as emendas necessárias por parte de todos os membros da Constituinte e não da maneira incoerente com que foi elaborado o anteprojeto atual.

Para o Vice-Presidente da Fiesp, talvez o mais acertado fosse partir da base da própria Constituição de 1946 e, em cima desse texto original, realizar as correções que fossem necessárias para que o Brasil tivesse uma carta constitucional num prazo curto e coerente com a modernidade da sociedade brasileira.

— O que se tem feito em Brasília — observou o empresário — é uma seqüência de violações de regimentos e de confusões nas apresentações de emendas, pois ora elas podem ser apresentadas e outras vezes são descartadas. Mais parece um trabalho braçal se preparar um texto constitucional. E pela tendência atual dos rumos dos trabalhos dos constituintes, a carta final não deverá atender efetivamente aos desejos aqui referidos pelo Presidente da CNI, Senador Albano Franco,



Moreira Ferreira, Vice-Presidente da Fiesp, conclamou todos a participarem

de limitação na intervenção do Estado na economia.

De acordo com o Vice-Presidente da Fiesp é "hora de ação e não de omissão". Porém, salientou ele, lamentavelmente a classe empresarial como um todo vem mantendo uma posição de extrema distância em relação aos políticos, acreditando que a vida política pode correr paralela à econômica.

— O empresário se preocupa apenas e tão somente com o curto prazo e não vê as coisas de modo mais amplo. Lamentavelmente, estamos agora tentando recuperar o tempo perdido — afirmou.

Apesar disso, Moreira Ferreira acredita que ainda há tempo para se reverter essa situação e conclamou todos os

empresários a participarem de forma mais concreta para reverter os rumos da Constituinte, evitando que o texto seja contrário à liberdade econômica e ao cerceamento da iniciativa privada, concedendo privilégios ainda maiores ao Estado.

— Isso não é empreitada isolada para uma pessoa — alertou o empresário. Pelas notícias que vêm sendo veiculadas pelos jornais e televisão nos últimos dias, os senhores empresários devem estar vendo o quanto é perigoso aceitar passivamente a situação que vem ocorrendo e se agravando. Por isso, apelo para todos os empresários que, na medida do possível, atuem de forma mais decisiva, porque ainda há tempo de sair desse comodismo.

Amato lembra risco de ampliar estatização

SÃO PAULO — O Brasil está vivendo um momento de responsabilidade histórica, que exige a participação de todos para que a intervenção do Estado na economia não seja ampliada, com a inclusão na nova Constituição de normas que deveriam ser resolvidas pela própria prática.

— Se "engessarem" irremediavelmente a nossa economia, elevando à categoria de preceitos constitucionais determinadas normas impositivas, sob o pretexto de atenderem a pseudo-preocupações de ordem social, ocorreria a ampliação do poder de intervenção do Estado no domínio privado — alertou o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, ao participar do Seminário "Os agentes econômicos na nova Constituição".

Segundo o empresário, caso os constituintes optem por essa solução de "engessamento da economia", o Brasil passará a rememorar contra a tendência cada vez mais crescente no mundo todo — inclusive nos países socialistas — de se partir para a liberalização econômica, em busca de eficiência.



Mário Amato, Presidente da Fiesp

Amato acrescentou, ainda, que não se pode permitir que algumas normas das relações trabalhistas, que deveriam ser objeto de negociações diretas, sejam incorporadas à Constituição "por imposição de razões ideológicas radicais".

— Já temos um excesso de regras pairando sobre a atividade produtiva privada — afirmou.

A seu ver, só com a opção pelo fortalecimento do sistema de livre empresa poderá ser alcançado, de fato, o progresso político, econômico e social, que reduziria, até a eliminação, as tensões e os desequilíbrios sociais.

à ineficiência, ao desperdício e até à corrupção — acrescentou.

Para o empresário, no momento em que a nova Constituição está sendo elaborada, todos os esforços deverão ser envidados para que se possa evitar o "ingresso do populismo na área econômica", reconhecendo a necessidade de adequada limitação do poder.

— É hora de bom senso. É hora de sairmos da fantasia e atendermos a realidade nacional. Basta de demagogia. Basta de conluios políticos de natureza fisiológica que, ao interferirem no destino da democracia econômica, colocam em risco a consolidação da democracia política, afirmou Mário Amato.

Segundo o Presidente da Fiesp, trata-se de uma visão equivocada tentar limitar a rentabilidade do setor privado, sob o argumento de se assegurar ao trabalhador melhores rendimentos e condições de trabalho. A seu ver, as condições de vida e de trabalho compatíveis com a dignidade humana só podem ser proporcionadas se as empresas puderem exercer, livremente, as atividades de forma lucrativa.

Assim, ele destacou a importância da realização de eventos como o Seminário "Os agentes econômicos na nova Constituição", pois "vem reforçar todo o trabalho que o empresariado tem realizado no sentido da preservação e do fortalecimento do regime da livre empresa no País".